

"CONVENTO ECO-EMPREENDE": um projeto comunitário de Educação Socioambiental para o empoderamento, na sociedade do Bem Viver do Equador

"CONVENTO ECO-EMPREENDE": un proyecto comunitario de educación socioambiental para el empoderamiento, en la sociedad del Buen Vivir de Ecuador

Byron Cevallos Trujillo¹
Laura Terreros Bejarano²
Javier Collado-Ruano³

Resumo: Diante da crise socioambiental e civilizadora atual, é necessário realizar ações que permitam o empoderamento das pessoas e suas comunidades, com o fim de promover as transformações nos seus estilos de vida e avançar para a sociedade do Bem viver. O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo divulgar o projeto "Convento Eco-emprende". Trata-se de uma experiência ecopedagógica que constitui uma alternativa comunitária através dos processos da educação socioambiental, a construção de um horto agroecológico e a criação de processos de empreendedorismo solidário. Como resultado, são mostrados os processos de capacitação de um grupo de pessoas da comunidade rural do Convento na costa equatoriana. Em suma, conclui-se que a educação socioambiental requer um diálogo de saberes que integre o conhecimento científico com a sabedoria ancestral das comunidades.

Palavras-chave: Educação socioambiental, agroecologia, empoderamento comunitário, Bem Viver, Convento Eco-Emprende.

Resumen: Frente a la crisis socio-ambiental y civilizatoria actual, es preciso tomar acciones que permitan el empoderamiento de las personas y sus comunidades, con el fin de promover transformaciones en sus estilos de vida y se encaminen hacia la sociedad del Buen Vivir. El presente trabajo de investigación persigue divulgar el proyecto "Convento Eco-emprende". Se trata de una experiencia ecopedagógica que constituye una alternativa comunitaria a través de procesos de educación socio-ambiental, la construcción de un huerto agroecológico y la creación de procesos de emprendimiento solidario. Como resultado, se muestran los procesos de empoderamiento de un grupo de personas de la comunidad rural de Convento en la costa ecuatoriana. En suma, se concluye que la educación socio-ambiental requiere un diálogo de saberes que integre los conocimientos científicos con la sabiduría ancestral de las comunidades.

Palabras clave: Educación socio-ambiental, agroecología, empoderamiento comunitario, Buen Vivir, Convento Eco-Emprende.

INTRODUÇÃO

O projeto "Convento Eco-Emprende" é o resultado de uma pesquisa em educação patrocinada e promovida pela Fundação CIIS (Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Interação Social), com sede no Equador e na Colômbia. A Fundação CIIS é uma organização social, não governamental, acadêmica, educacional, ambiental, não partidária, secular e sem fins lucrativos, composta por jovens estudantes e professores universitários de diferentes disciplinas, que promove a transformação socioambiental.

O projeto tem como objetivo promover o empoderamento da comunidade a partir dos processos de educação popular socioambiental, que questionam e transcendem nossos estilos de vida atuais,

¹ Doctorando en Educación por la Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) y docente en la Universidad Nacional de Educación (UNAE). E-mail: <byron.cevallos@unae.edu.ec>

² Psicóloga social e coordenadora técnica da Fundação CIIS - Cuenca, Equador. Psicóloga da Universidade Nacional da Colômbia. Responsável pelo processo de formação e acompanhamento no Projeto Convento Eco-Emprende (2017). Membro completo da Fundação CIIS - Equador. <laterrob@gmail.com>

³ Professor Titular de Filosofia da Educação da Universidade Nacional de Educação, Equador. -mail: <javier.collado@unae.edu.ec> .

caracterizados pela insustentabilidade e pela erosão da relação humano-natureza. Nesse sentido, a pesquisa contempla diferentes epistemologias do discurso socioambiental, principalmente com aqueles que historicamente estiveram às margens das pesquisas acadêmicas. Partindo de um currículo aberto e abrangente dos docentes universitários envolvidos, o nosso trabalho procura valorizar e restaurar a dignidade dos grupos e coletivos mais esquecidos da região do Convento em Equador.

A práxis ecopedagógica desenvolvida procura promover estilos de vida saudáveis com a natureza, com o fim de ajudar a preservar as condições, o conhecimento e o tecido social das comunidades para construir o Bem Viver. De acordo com Alberto Acosta (2013), o Bem Viver é uma proposta política e filosófica baseada no *Sumak Kawsay*, uma visão ancestral quíchua que compreende o ser humano como uma parte integral e interdependente do seu ambiente social e natural. É uma visão de mundo que está em linha com o discurso internacional de desenvolvimento sustentável e educação ambiental.

O discurso ambiental foi institucionalizado em 1972, nas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizadas em Estocolmo. Pouco tempo depois, em 1977, a UNESCO e o PNUMA organizaram a “*Intergovernmental Conference on Environmental Education*” em Tbilisi (Geórgia, URSS), com o objetivo de ampliar seu alcance político-educacional. “A educação ambiental deve ajudar a conscientizar a interdependência econômica, política e ecológica do mundo moderno, a fim de acentuar o espírito de responsabilidade e solidariedade entre as nações”, diz o Relatório Final de Tbilisi (UNESCO, 1978, p. 12).

A cooperação regional e internacional é uma constante no documento para resolver a crise da civilização planetária que representa a crise ecológica criada pelo ser humano. Os especialistas reunidos aqui recomendaram repensar o modelo de crescimento industrial com base no repúdio do Produto Nacional Bruto (PNB) como um indicador útil para medir o progresso social. De acordo com esses indicadores contábeis das economias de mercado, elementos naturais como a água, o ar ou a terra não são levados em consideração para medir o desenvolvimento social, por isso são obsoletos porque não incluem a deterioração ambiental para a proliferação da vida.

Em relação ao papel da educação ambiental, Maria Novo (2009) considera que é um processo vitalício e não deve limitar-se apenas ao currículo do sistema escolar, mas deve ser estendido a todas as áreas da educação não formal e informal da sociedade. As recomendações finais da Conferência de Tbilisi confirmaram o vínculo inseparável entre os problemas do desenvolvimento civilizatório e a educação ambiental.

Após uma primeira etapa de conceituação, a educação ambiental conseguiu enraizar-se entre os compromissos sociais e políticos durante a década de 1980. A constituição da “Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento” em 1983 foi um evento importante para desenvolver uma visão holística e global sobre os problemas ambientais do nosso planeta. Depois de vários anos de trabalho, a comissão entregou seu primeiro relatório em 1987, com o título “Nosso Futuro Comum”. Também conhecido como “Relatório Brundtland”, o documento veio a reconhecer os limites ecológicos para o crescimento econômico nas sociedades industrializadas, estabelecendo vínculos diretos entre a redução da pobreza, equidade de gênero e a redistribuição da riqueza com estratégias de conservação ambiental.

O documento foi o primeiro que definiu o desenvolvimento sustentável como o processo que “atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras” (UNITED NATIONS, 1987). Embora esta definição seja um pouco vaga e imprecisa, o entusiasmo dos educadores ambientais a utilizou para expandir um debate sobre a sustentabilidade planetária que ainda continua hoje, tanto na educação formal como informal e não formal.

Neste contexto, a nossa proposta entende a educação ambiental dentro de um eixo social, considerando fundamental a necessidade de mostrar a relação entre o ser humano e a natureza, assim como a sua incidência em diferentes contextos, realidades e processos. Por esta razão, a educação socioambiental é considerada como uma forma possível de empoderamento comunitário e a transformação dos nossos modos de vida com a natureza.

Do ponto de vista da comunidade, Soler et al. (2014) propõem o empoderamento ligado a um processo de crescimento, fortalecimento, habilitação e desenvolvimento da confiança de indivíduos e

comunidades. O propósito é promover mudanças positivas no contexto: ganhar poder, autoridade popular, capacidade de decisão e transformação individual e coletivamente. Portanto, o empoderamento envolve de forma inter-relacional à comunidade e ao indivíduo, isto é, como processos que só têm um impacto enquanto ocorrem em paralelo.

Deste modo, o projeto “Convento Eco-Empreende” propõe a sistematização das experiências como uma metodologia que, juntamente com uma abordagem de pesquisa participativa, constitui um espaço de capacitação para as pessoas. De acordo com Oscar Jara (2014), a sistematização das experiências é entendida como um processo de construção de novos conhecimentos, sensibilidades e capacidades, com o sentido principal de recuperar das experiências vividas todos os elementos críticos que nos levam a direcionar melhor as nossas ações, para torná-las transformadoras e nos apropriar do futuro.

Daniel Selener (1996) também descreve a sistematização das experiências como uma metodologia que apoia e facilita a descrição, reflexão, análise e documentação dos processos e resultados de um projeto em desenvolvimento, de forma contínua e participativa. Ou seja, é um processo que envolve facilitadores e participantes, assumindo um papel de co-pesquisadores para fortalecer a capacidade organizacional. Desta forma, a sistematização das experiências é reconhecida como uma herança latino-americana de renovação de correntes teórico-práticas, com uma visão epistêmica predominantemente dialética, interpretativa, crítica e histórica. Portanto, este trabalho de pesquisa estabelece um diálogo inter-epistemológico entre diferentes grupos, temas e territórios que estão dentro, entre e além do currículo da educação socioambiental da esfera universitária.

POSICIONAMENTO DIANTE DA CRISE CIVILIZADORA E AMBIENTAL

Este trabalho apresenta uma visão complexa e crítica da ciência ocidental moderna e a sua forma de estabelecer os caminhos e modos de vida no planeta. Desde o final do século XX, Escobar (2005) vem propondo a necessidade de construir novos discursos e representações além da modernidade, para transcender o regime de “desenvolvimento” traçado dentro de uma economia política da verdade, com sua própria autonomia e leis. Escobar (2005) evidencia a necessidade de mudar as práticas de saber e fazer, para que os espaços e agentes da produção do conhecimento se multipliquem e tornem visíveis essas formas de conhecimento daqueles que foram “objetos de desenvolvimento”. A transformação em sujeitos e agentes envolve um processo de repensar o desenvolvimento e a modernidade, o que implica adaptações, subversões e resistências das intervenções locais e globais de desenvolvimento. Dentro desse esforço, a natureza também deve ser repensada como agente social, transcendendo seu papel como meio e bem material ao qual foi reduzido no discurso moderno.

O esquecimento da natureza e sua interação com o ser humano tornaram-se uma necessidade particular na história de apreender o conceito de “realidade”. Assim, surgiu um pensamento que, sob seu rótulo de “verdade”, culminou em uma forma de intervenção para o ser e sua dinâmica social. A tecnologização e a economização do mundo são o resultado desse processo, que tem mercantilizado a natureza e gerado uma degradação entrópica do planeta. Enrique Leff (2006) afirma que a crise ambiental estabelece um chamado para questionar as causas que o geraram e, portanto, questionar o conhecimento hegemônico e homogeneizador ocidental, resultado da discórdia com outros pensamentos e, portanto, um discurso entre muitos outros mais. A partir deste questionamento, Leff (2006, p.2), descreve a crise ambiental como uma “crise civilizadora” que, por sua vez, é uma crise de conhecimento.

A degradação ambiental é entendida como resultado dessas formas de conhecimento que a humanidade procurou universalizar, objetivar e coisificar. Este antropocentrismo fundador materializou o significado da vida natural e deu-lhe um valor meramente produtivo. Esta crise do conhecimento também se manifestou em uma perda do sentido da humanidade e da alteridade, cujos efeitos têm uma profunda implicação subjetiva e social.

Por outro lado, Bauman (2005) argumenta que o capitalismo imperante promove uma maneira egocêntrica e materialista de atuar. Na chamada *modernidade líquida*, as comunidades são mais fragmentadas, fracas e desconfiadas, por isso é mais fácil expandir um sistema hegemônico baseado nas relações de poder impostas pela manipulação social, com as premissas de consumo e acumulação de recursos como motor para seu progresso. Portanto, o senso de coletividade passou ao fundo e os assuntos se fecharam. Esta é a pura essência de um paradigma consumista e individualista caracterizado por um sistema hegemônico que foi responsável por fornecer uma segurança que tenha um preço e seu valor seja a liberdade. No entanto, o problema vai além. Os modos de ser, estar, pensar e atuar no mundo a partir desse modelo hegemônico estão afetando e ameaçando às esferas ambientais, sociais e mentais da vida em nosso planeta: colocando em risco as futuras gerações (Boff, 1996; Morin e Kern, 2006).

Diante desse panorama de crise multidimensional, surge a necessidade urgente de organizar o conhecimento de forma transdisciplinar, através de uma ecologia de saberes (Santos, 2010) que dialogam e integram de forma horizontal o conhecimento científico com o autoconhecimento espiritual interior, a sabedoria de os povos indígenas originais e outras dimensões perceptivas, afetivas, emocionais, retóricas, poéticas, epistêmicas, criativas, artísticas, cognitivas e filosóficas do ser humano. Por isso é fundamental mudar os processos de escolaridade formal e introduzir melhorias nos currículos, ligando a teoria à realidade socioambiental dos estudantes, para aprender a viver de forma sustentável, resiliente e regenerativa com a Pachamama (Collado, 2017a). Então, devemos nos perguntar: como gerar uma mobilização social que transcenda a modernidade?

Esta crise do conhecimento e a necessidade de mobilizar o seu sentido está gerando uma sensação de inquietude, dificuldade e incerteza frente às mudanças vertiginosas que experimentam. Aqui é aberta uma porta ao diálogo do conhecimento, como um método transdisciplinar para desconstruir essas antigas fundações, seriamente questionadas (Najmanovich, 2009). Esse pensamento baseia-se na concepção da ciência como construção social, e, portanto, está sujeito a interpretação, reinterpretação, revisão e enriquecimento, sem outro fim que a geração de um conhecimento útil para aqueles que se originaram na rebelião, na heresia, na vida indígena e nas experiências dos sujeitos do comum (Fals Borda, 2008).

Para Kapp (1975), a chamada economia neoclássica ou convencional é limitada por seus métodos analíticos e reducionistas, que dissecam a realidade e dissociam as esferas sociais e ecológicas pelo seu raciocínio fechado e unidimensional. A análise de Kapp defende que a realidade é interdependente e requer uma abordagem holística, sistêmica e multidimensional que integre a economia em seu contexto físico, ecológico e sociocultural. Embora as limitações identificadas por Kapp do modelo econômico já estavam omitindo os custos ecológicos e sociais, a privatização dos serviços públicos promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) capturou o conceito de progresso e desenvolvimento.

De acordo com outros analistas, estamos enfrentando uma grande expansão mundial do comércio inter-empresarial dominado por super-pessoas corporativas. Uma grande parte do problema decorre do período em que os tribunais dos EUA (e depois outros países) deram a essas empresas o direito de serem consideradas pessoas jurídicas. O problema é que “uma corporação não tem coração, nem alma, nem moral. Você não pode discutir com ela. Isso ocorre porque a corporação não é um ser vivo, mas um processo: uma maneira eficiente de gerar renda”, argumenta o ativista Kalle Lasn (1999, p. 221). De acordo com o escritor, músico e cineasta Joel Bakan (2004), isso os transforma em seres patológicos que atuam como autênticos psicopatas, desenhados para serem egoístas e ferir aos outros e ao planeta.

Do mesmo modo, o ativista político David Korten (1995) argumenta que a procura contínua do crescimento econômico como princípio organizador da política pública “está acelerando o colapso da capacidade regenerativa do ecossistema e do tecido social que sustenta a comunidade humana: ao mesmo tempo intensifica a competição pelos recursos entre ricos e pobres, uma competição que os pobres perdem invariavelmente” (KORTEN, 1995, p. 11). Da mesma forma, o crítico em economia contemporânea John Ralston Saul (1995) postula que as tendências das “super-pessoas” corporativas se assemelham aos fascismos das décadas de 1920 e 1930, já que eles subtraem o poder legítimo da cidadania e seus governos, impulsionam a iniciativa privada de empresas em setores tradicionalmente reservados ao poder público, e eliminam as fronteiras entre interesses públicos e privados.

Em suma, o triunfo do corporativismo desde a Segunda Guerra Mundial tem estabelecido um modelo de governança global patológica com um grande déficit democrático que permite o ecocídio direto e generalizado da natureza. Pode-se dizer que o dinheiro conseguiu colonizar a própria vida e, ao fazê-lo, impôs a monocultura da mente através de uma cultura globalizada (propagada pela publicidade, meios de comunicação, educação ocidentalizada...) que põe em perigo a nossa própria existência como espécie.

Esta monocultura da mente que destrói os ecossistemas da natureza, assim como a diversidade cultural, os conhecimentos locais, a sabedoria tradicional dos povos nativos e indígenas, foi abordada com precisão pela ecofeminista indiana Vandana Shiva (1993) e pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2010). Segundo esses autores, o atual sistema globalizado baseia-se em uma racionalidade monocultural estabelecida no nosso imaginário coletivo, de forma consciente e inconsciente, o que provoca a percepção de que a globalização é a única forma possível de organização socioeconômica.

Nesse sentido, os processos de educação socioambiental devem contemplar o ensino-aprendizagem a partir de uma dimensão contextual a nível social e biológico do ser humano. Um ser humano entendido como parte do todo, da natureza e do cosmos, o *sagrado*. Ou seja, um ser humano entendido como um conjunto sistêmico e em proporções equilibradas com cada elemento que compreende os diferentes ecossistemas.

Nesta perspectiva, o conceito de ambiente vai além do conceito de ecossistema, e pode ser definido como um sistema dinâmico determinado por interações físicas, biológicas, sociais e culturais, percebidas ou não entre seres humanos e outros seres, bem como todos os elementos do médio em que se desenvolvem (Angrino e Bastidas, 2014). O meio ambiente é uma realidade cultural contextualmente determinada e socialmente construída. Portanto, a crise ambiental global tem mostrado que estamos diante de um problema de natureza política que nos questiona sobre o acesso, gerenciamento e transformação dos recursos naturais. Este problema evidencia a insustentabilidade das nossas práticas diárias e produtivas.

De acordo com o paradigma do Bem Viver, é necessário avançar para um princípio de desenvolvimento biocêntrico que cuide de todas as formas de vida e atribua valores intrínsecos à Natureza para oferecer a oportunidade de uma vida digna para todos. A educação ambiental não pode ser separada do enorme compromisso que isso implica. Nesse sentido, a tarefa dos sistemas educacionais deve ser alinhada com a procura de uma sociedade que esteja em harmonia com a Natureza e use a sua própria criatividade para inovar na formação humana (Collado, 2017b).

De uma perspectiva latinoamericana, o processo de reivindicar os direitos dos povos e nacionalidades originárias provocou um questionamento político do poder hegemônico do conhecimento ocidental. Um exemplo claro é a declaração constitucional dos Direitos da Natureza no Equador, que assume a filosofia política da visão de mundo do Bem Viver como uma forma de viver alternativa ao desenvolvimento. Este reconhecimento legal é um chamado para nos mobilizar e desconstruir as premissas político-epistêmicas da modernidade, o que implica promover uma práxis que seja descolonizadora. Nesse sentido, De Sousa Santos (2018) estuda os processos constitucionais no Equador e na Bolívia, em 2008 e 2009, respectivamente, para abordar a novidade do conceito de soberania apresentado pelo Equador ao mundo, colocando à cidadania em uma esfera individual e outra a partir dos povos e nacionalidades.

A cidadania é mobilizada e complementada com a nacionalidade com sua própria identidade cultural, que não se opõe um ao outro, mas fortalece o conceito de soberania. Os povos e as nacionalidades Quíchuas, Shuar, Siona, Secoya... (quatorze nacionalidades no total) também são equatorianos. Esta perspectiva dualista da nacionalidade, que na constituição equatoriana também se materializa na concessão de “direitos” à Natureza ou “Pachamama”, permitiu que De Sousa Santos (2018) apontasse:

Quando falamos sobre os direitos da Pachamama, estamos falando de algo indígena? Não. Estamos falando de uma mistura. O que eu chamo de ecologia de saberes é uma mistura de conhecimento ancestral com conhecimento moderno, eurocêntrico, progressista. Por quê? Linguagem do direito e linguagem da Pachamama. Na cosmovisão do mundo indígena, não há conceito de direito, há o conceito de dever e não o conceito de direito. Direito da Pachamama é uma mistura maravilhosa, entre o pensamento eurocêntrico e o pensamento ancestral e essa é a riqueza que não podemos desperdiçar (De Sousa Santos, 2018, p.7) (tradução própria).

Frente a essas concepções de “diálogo de saberes” e “ecologia de saberes”, pode-se reivindicar a sua orientação pela interlocução de saberes diversos na tarefa de construção de novos conhecimentos, e também a mistura entre a sabedoria ancestral e o saber moderno como riqueza dentro do conhecimento. Agora, nesta análise, esta pesquisa propõe a abordagem da Pesquisa Participante de Ação (PPA) como uma metodologia de pesquisa, mas também como forma de entender a práxis em contexto, que concebe aos seus praticantes em pessoas sensíveis (Fals Borda, 2008). Ou seja, eles não aparecem como um objeto de conhecimento, mas como construtores de conhecimento a partir do diálogo de seus saberes. A PPA aparece como uma porta aberta para o empoderamento dos sujeitos e suas comunidades, através dos quais mobilizar a compreensão e transformação da prática social e educativa, onde os saberes historicamente invisíveis têm um espaço de diálogo e reflexão.

“CONVENTO ECO-EMPREENDE”: o início e a construção do nosso caminho

O primeiro encontro com essa experiência tem várias arestas de entrada. Uma vem do encontro crítico e do confronto epistemológico, entre o conhecimento ocidental e as epistemologias do Sul, como é chamado por De Sousa Santos (2010), historicamente marginalizadas. A partir do posicionamento político crítico da conformação da ordem global, torna-se claro a necessidade de ser uma resposta ao problema, de transforme-se para transformar, e de fortalecer as nossas capacidades para contribuir à desconstrução e reconstrução da realidade socioambiental.

Por exemplo, a tragédia que ocorreu em Manabi o dia 16 de abril de 2016, causada por um dos terremotos mais agressivos da história do Equador, mobilizou as nossas consciências e o nosso modo de *sentir-pensar-atoar* em processos que contribuíram para que a população afetada permanecesse fortalecida. Essa mobilização social coletiva procurou resgatar o melhor desta situação, através da sua capacidade de resiliência, solidariedade e perseverança. Foi neste momento que o lugar para realizar o projeto “Convento Eco-Empreende” seria em Manabi, e que deveria estar conectado aos processos de resiliência da comunidade endógenos após o desastre. O projeto teria uma abordagem participativa que permitisse mobilizar o empoderamento dos participantes e a comunidade, para outros modos de vida, em harmonia com a Natureza e em conexão com a coletividade. Isso implicou uma visão intercultural na nossa práxis.

A questão, no entanto, sempre caiu sobre como criar espaços de aprendizagem ecopedagógica? Assim, a agroecologia aparece como uma experiência vivida de uma maneira pessoal e familiar por quem cria o projeto. Através do conhecimento das práticas das comunidades agrícolas na área peri-urbana de Quito, e dos hortos da comunidade familiar que utilizam práticas ancestrais, foi formado um grupo no *Projeto Agrupar-ConQuito*, um plano agroecológico urbano promovido pelo Município do Distrito Metropolitano de Quito (Equador). Aqui também trabalhamos com outras organizações agroecológicas de Calderón (Quito-Ecuador) em sua Feira Agroecológica “*De la mata a la olla*”, constituída como espaço semanal para a comercialização de produtos e alimentos agroecológicos para a comunidade. Esses viveres foram propostos como uma alternativa real à crise econômica das famílias, à autossuficiência, à soberania alimentar, ao empreendedorismo e à alternativa para o desenvolvimento capitalista agressivo à Natureza.

É assim que a implantação do “horto” surge como um meio, um espaço ou um método socioeducativo, com o objetivo de criar um espaço comum onde as pessoas possam se encontrar, compartilhar seus conhecimentos, experiências e técnicas. Um espaço que também deu origem a novas amizades, alegrias e processos cognitivos de desaprender e reaprender, com o fim de se capacitar em comunidade. Este processo constituiu o primeiro nó crítico da nossa experiência socioambiental, onde reside o problema desta pesquisa. Assim, surge a seguinte pergunta de pesquisa: o horto agroecológico

é uma metodologia educativo socioambiental que fomenta o empoderamento comunitário e a transformação da comunidade? Nas seguintes linhas existem argumentos que respondem a esta pergunta.

No final de 2016, a Fundação CIIS decidiu apoiar plenamente o projeto e estabelecer o vínculo com a comunidade da Paróquia Convento, na região Chone da Província de Manabi (afetada pelo terremoto de maneira suave, mas com a presença de migrantes das áreas afetadas). Neste contexto, no domingo 8 de dezembro de 2016, em conversa com líderes comunitários e, especialmente, com um dos habitantes da comunidade, após a apresentação do projeto, recebemos uma doação em forma verbal de um pedaço de terra de 400 m² para a criação do horto. Além disso, naquela época surgiu a idéia de criar uma casa comunitária para receber voluntários e estabelecê-la como espaço de treinamento, reuniões de grupo e criação de projetos futuros em benefício da comunidade. Nesta linha de mobilização e organização social, forem estabelecidas cinco fases seqüenciais e uma transversal para o projeto do Convento Eco-Empreende:

- Primeira: o diagnóstico e o posicionamento na comunidade.
- Segunda: educação popular para capacitação individual e comunitária.
- Terceira: Educação popular em agroecologia e economia solidária.
- Quarta: fortalecimento organizacional, empreendedorismo e inovação.
- Quinta: construção de uma casa comunitária e implantação do horto.
- Transversal: sistematização da experiência e avaliação participativa.

PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO CONVENTO ECO-EMPREENDE: o caminho percorrido

O encontro com a comunidade

A experiência no Convento começou anos antes que o projeto Eco-empreende começasse no final de 2015, com a vinculação de um dos companheiros da Fundação como educador na paróquia. Esta experiência pedagógica enraizou profundamente a comunidade, permitindo criar vínculos de confiança e carinho com as autoridades e os moradores da paróquia, deixando as portas abertas a este respeito para receber futuras iniciativas e propostas da sua parte para continuar contribuindo para isso. Mais tarde, no início de 2016, um novo parceiro da CIIS Colômbia realizou sua prática profissional de Trabalho Social por um ano na mesma região. Seu trabalho foi guiado principalmente pela interação com os jovens e as salas de bate-papo com adultos da comunidade, sob uma abordagem de educação popular e tendo como base fundamental os postulados da pedagogia crítica de Paulo Freire. Esse colega foi muito bem recebido e seu trabalho teve resultados significativos na comunidade. Um deles foi a formação de um grupo de jovens chamado “os incompreendidos”, um nome que emerge da identificação com um filme visto com os jovens.

“Os incompreendidos” resultou em um grupo de jovens que construíram sua identidade e se tornaram visíveis para a comunidade. Semana por semana, eles se deram espaço para pensar em si mesmos dentro do seu contexto e realidade particular, fortalecendo suas redes e relações sociais. Este projeto caminhou alguns meses da mão do projeto “Convento Eco-Empreende”, por isso não chegamos a um espaço desconhecido, e tivemos alguns passos à frente na criação de espaços e links de trabalho.

“CONVENTO ECO-EMPREENDE” INICIA O SEU CAMINHO: diagnóstico participativo e segunda fase de implementação

No início de dezembro de 2016, uma equipe de companheiras viajou a Convento para a construção de um diagnóstico participativo com 20 atores estratégicos da população, encontrando uma série de preocupações sobre diversas questões relacionadas às áreas de educação, saúde, produtividade, inclusão social e empoderamento. Em termos de educação, suas preocupações variaram desde a falta de infraestrutura adequada até a ausência de escolas de pais e a “perda dos valores” por parte dos

estudantes, que geralmente conduziam, de acordo com seus critérios, ao uso de drogas. Em termos de saúde, apontaram para a falta de insumos, recursos e especialistas, bem como a escassez de água potável e o mau gerenciamento de resíduos. Este último ponto foi relevante para nós, sabendo que a maioria dos resíduos (60%) é queimada e outra parte jogada em terrenos vazios ou quebradas (17%).

Quanto à produtividade, eles apontaram a concentração de terras para o cultivo de pasto, o que não permite o crescimento econômico, destacando que o principal gerador de lucros, o cacau, é produzido de forma limitada. Do mesmo modo, foi um espaço no qual expressaram sua preocupação com a diminuição da produção agrícola, a presença de intermediários, o alto preço dos fertilizantes e fungicidas, a falta de tecnologia e treinamento, a falta de apoio aos agricultores através de microcréditos e o mal estado das estradas. Finalmente, expressaram a necessidade de promover a questão da agricultura entre os jovens, que perderam o interesse e o hábito de trabalhar nos campos.

Em relação à inclusão social e ao empoderamento, a população evidenciou problemas de organização social e comunicação, já que foram apresentadas iniciativas individuais em áreas de trabalho semelhantes. Essa falta de coesão e organização impediu as empresas coletivas e, portanto, não houve resultados efetivos de trabalho. Também foram apresentadas iniciativas que não foram seguidas devido à falta de motivação e há uma ausência percebida de treinamento para líderes e residentes em geral.

Depois do diagnóstico participativo, a próxima presença no Convento foi o dia 13 de janeiro de 2017, quando três companheiras da Fundação realizaram uma oficina para inaugurar a segunda fase do projeto "Convento Eco-Empreende". Na sua totalidade, esta fase compreendeu doze workshops semanais com adultos e jovens da comunidade. Chamada como educação popular para o empoderamento, esta fase teve como objetivo gerar espaços para visualizar os pontos fortes e potencialidades da comunidade, pensá-los e atuar frente a seus principais problemas e necessidades. Aqui também foram fornecidos espaços para a reflexão sobre a atual crise global com o objetivo de promover uma ação consciente. A criação de um grupo base de pessoas da comunidade, que liderou o projeto a longo prazo, foi criada para ser sustentável e permanecer um espaço ativo e participativo dentro da comunidade.

O primeiro workshop contou com a participação de 21 pessoas, com igual presença de homens e mulheres e, mais importante, com a participação de 8 jovens pertencentes ao grupo dos "incompreendidos". Neste espaço, foi feita a apresentação do projeto e os principais conceitos que foram propostos no nosso projeto foram discutidos: Empoderamento, Empreendedorismo e Agroecologia. Cada participante construiu seu próprio significado nessas palavras articuladoras de consciência socioambiental. Em geral, o espaço era muito agradável, a população gozava do espaço e era receptiva às propostas didáticas. A questão da preocupação com a situação dos jovens na comunidade voltou a ser importante por parte dos adultos, que se referem aos facilitadores, que esperam poder trabalhar com jovens através de vínculos com instituições educacionais.

Durante as seguintes oficinas, a participação foi um fator muito volátil, apesar do poder da reunião se manter constante. Da mesma forma, o nível de participação entre jovens e adultos foi um pouco instável, observando que, pouco a pouco, a participação dos jovens tornou-se menor. Nós sentimos inquietude com a participação instável da comunidade, e quando perguntamos às pessoas nas visitas domiciliares que fizemos a fim de incentivar a chamada, encontramos uma grande desconfiança e descrença da população diante das novas iniciativas e projetos que vieram para a paróquia. As experiências ruins vivenciadas anteriormente com outros projetos, que foram financiados, mas que não tiveram continuidade ou mesmo procuraram enganá-los, provocaram essa desconfiança. Com este imaginário coletivo de desconfiança, enfrentamos o desafio de ganhar a confiança da comunidade. Alguns líderes comunitários que tiveram mais continuidade durante as oficinas, eles destacaram o desânimo e a baixa participação da comunidade, agradecendo a continuidade das oficinas e propondo alternativas para promover a participação.

Além do nível de participação, que foi uma questão urgente nesta fase do processo, as oficinas envolvem predominantemente líderes comunitários, como membros do conselho de administração local, professores, um reitor, assim como líderes jovens do grupo dos incompreendidos. Com a passagem de novas oficinas, mulheres tecelãs e trabalhadores domésticos estavam envolvidos, e formou-se um grupo de participantes composto principalmente por mulheres. Esta dinâmica reafirmou a importância de

manter um foco de gênero, em um contexto marcado pelo pensamento patriarcal, profundamente enraizado em uma crença judeu-cristã, que posiciona às mulheres como cuidadoras, mães e chefes de família, apenas na esfera privada e não tão visível na esfera pública. Aqui surgiram os imaginários coletivos compartilhados por homens e mulheres, que definem e perpetuam funções muito bem definidas para cada gênero na sociedade. É por isso que transgredir tal ordem supõe uma falta de consciência e coerência entre eles.

Em suma, esta fase foi um encontro meta-cognitivo com a comunidade, com seus imaginários e costumes: um processo de tecer vínculos, criar confiança e unir os propósitos com um senso de consciência sobre o nosso papel dentro da comunidade sob um quadro de sustentabilidade de respeito pela natureza e em busca dos caminhos para o Bem Viver.

TERCEIRA FASE: educação popular em agroecologia e economia solidária

O contato com a Terra

A terceira fase do projeto foi composta por dez oficinas, nas quais os princípios socioambientais da agroecologia foram abordados de forma prática nas fazendas de alguns participantes. Este espaço foi coordenado por dois colegas profissionais de engenharia agroecológica, com experiência em organizações e comunidades sociais. Esta fase ligou às famílias dos participantes, já que quando ocorreram em suas terras foram integradas nos cenários de treinamento, gerando um espaço de ligação do conhecimento. Tendo a escola pública o seu foco na área agrícola, foi realizado um treinamento com 32 estudantes, que foram convidados a participar do espaço, e dois estudantes do último ano foram incluídos como estagiários e promotores do projeto da instituição.

Como um fato importante, deve-se ressaltar que os participantes que não possuíam sua própria fazenda foram os que planejaram os projetos agroecológicos em fazendas coletivas, onde projetaram os propósitos construídos sobre a realização de um espaço comunitário. Além disso, este espaço de treinamento gerou uma consciência do mal tratamento da maioria da população para os resíduos gerados. Depois de realizar um passeio de observação e identificação dos focos de contaminação direta para as correntes e rios, os participantes expressaram a necessidade de aprender a gerar processos de gestão e conservação de água, incluindo a preocupação com o uso da água da chuva.

Os solares são as áreas de terreno pequenas mais próximas das casas. Cuidadas principalmente por mulheres, constituem hortos combinados entre plantas ornamentais, medicinais e vegetais, sendo espaços que adornam a casa e a paróquia. Nesse sentido, eles planejam aprender mais sobre jardinagem e trabalhar nas parcelas em Minga⁴.

Essas oficinas também significaram um espaço de inter-aprendizagem onde os participantes evocavam e compartilhavam saberes herdados sobre métodos ecológicos de fertilização e conservação. Aqui, os preparativos curativos para animais e humanos foram socializados, reconhecendo a perda desses conhecimentos de forma gradual e identificando pessoas da comunidade com muita experiência no assunto que podem acompanhá-los e compartilhar esses conhecimentos. Também promoveu uma mística do ritual andino para fortalecer o espírito de conexão entre as pessoas, a natureza, assim como a recreação dos principais valores da comunidade andina que tornam possível a economia da vida em abundância. Este momento foi um dos mais solenes, manteve o grupo acordado e unido, foi o espaço onde seus sentimentos em direção à solidariedade e o caminho da comunidade saíram melhor. Eles se sentiram cheios de espiritualidade e alegria ao sentir que são parte da natureza e devem cuidar de todos os elementos da vida (ar, água, fogo, terra e biodiversidade natural e cultural), o que levou a um momento de aprendizagem emocional e afetivo entre o grupo, mostrando um senso de reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e correspondência.

⁴ Minga é um conceito da nacionalidade quíchua, no qual a comunidade se encontra com um propósito comum, em diferentes áreas sociais, culturais ou produtivas, em condições de igualdade.

Através desta dinâmica, identificamos que as famílias da comunidade expressam a solidariedade ou a reciprocidade nos feriados religiosos (vigias, festas, novenas e compartilhamento de alimentos). Estes momentos servem para a doação com os outros e a comunidade. É um momento de relacionalidade, reciprocidade e compartilhar de doas ou bênçãos de cada família em relação aos outros. São os espaços onde os laços afetivos são encontrados e mantidos a forjar a unidade da comunidade.

Além disso, esta fase desenvolveu uma feira de eco-empendedorismo como forma de dar vida ao grupo com um serviço / produto que gera rapidamente uma mudança qualitativa na forma de distribuição, consumo, comercialização e intercâmbio de produtos agroecológicos e eco-artesanal local. O objetivo era envolver rapidamente famílias locais atraídas pelos benefícios de uma economia solidária, direta e democrática que compartilha seus excedentes produtivos. Este espaço de ligação com a comunidade foi desenvolvido dentro do planejamento de um festival comunitário que encerrou o ano letivo de 2017, onde também existiam vários espaços culturais, esportivos e comunitários: cinema no jardim, torneio esportivo de futebol misto, minga da comunidade e noite cultural de talento. A feira reuniu outras associações agropecuárias da paróquia que empreenderam com doces, café e comidas típicas.

QUARTA FASE: fortalecimento organizacional, empreendedorismo e inovação

“Eco-emprende aciona”

Esta seção tem o título fornecido pelos participantes na construção de uma linha de tempo coletiva realizada como parte do processo de sistematização com o grupo. É de grande relevância para o grupo porque marca o início da ação do empreendedorismo através da preparação de alimentos. Diante desse empreendimento, a decisão é definida após uma série de três oficinas de gastronomia ensinadas por um colega voluntário, reconhecendo o interesse e o gosto dos participantes para cozinhar e aprender sobre esta arte. Anteriormente, e depois da terceira fase do projeto, o grupo concordou em realizar a cria de aves a partir das técnicas naturais equilibradas e agroecológicas aprendidas.

Alguns membros do grupo tinham criado pássaros em suas casas, mas existia uma incerteza quanto ao processo e ao resultado, já que a maioria não o fazia de forma ecológica, mas através de produtos químicos que aceleraram o crescimento do pássaro. Portanto, de acordo com eles, enfrentaram um resultado inseguro, que exigiu um primeiro investimento importante para a compra de aves, materiais e outros recursos necessários. Foi assim que as oficinas culinárias acabaram sendo uma decisão pelas mulheres do grupo para empreender da culinária, que é sobre o que eles sabem, gostam de fazer e aprender. O interessante desta mudança é que nos permitiu continuar a manter a lógica do projeto diante da busca de alternativas e estilos de vida sustentáveis e ecológicos. Os ingredientes utilizados, a sua preparação e distribuição na comunidade foram feitos sob um pensamento ecológico, em harmonia com o conhecimento e as tradições do contexto. As mulheres prepararam alimentos típicos de sua região usando alimentos orgânicos e técnicas artesanais para gerar a menor produção de resíduos.

Durante esse processo, os primeiros eventos paroquiais em que participaram com sua empresa foram fundamentais, pois geraram uma visibilidade do grupo na própria comunidade que não tinha sido alcançada anteriormente. As pessoas se aproximaram, além de comprar, para perguntar sobre esse grupo de pessoas que estavam organizando com um propósito comum. Então, conhecidos e parentes das mulheres nos contaram com entusiasmo como as viram se movimentando em outros espaços. Outra coisa que marcou o coletivo foi a identificação através de uma camisa com o logotipo do projeto, e participando da parada paroquial com ele. Esta camisa significou um símbolo de pertença ao grupo, e mais do que qualquer outro evento ou situação, estabeleceu seu posicionamento entre as pessoas que inventaram. Além disso, a ligação das famílias dos participantes era um fator relevante e transcendental, já que os filhos, filhas e companheiros das mulheres estavam envolvidos nos espaços que sustentavam seus esforços e processos.

Terras doadas: idas e vindas

Devido à gestão do companheiro que conheceu a comunidade e construiu vínculos estreitos com vários dos habitantes da paróquia, o projeto começou com o conhecimento da doação de um terreno de 400 m² por um fazendeiro na comunidade. Isso nos permitiu ir além do que planejamos fazer com o projeto junto com a comunidade. Assim, a construção de uma casa que constitua um lugar para promover

o voluntariado, assim como um espaço comunitário onde adultos, jovens, meninos e meninas, convergem em espaços como o horto comunitário, uma sala de atividades e um espaço para o empreendedorismo do grupo Eco-emprende.

No entanto, esse processo implicou uma complexidade para a Fundação, sabendo que essa terra já tinha sido atribuída a uma Associação de professores e pais da paróquia, que, entre outras coisas, desenvolveu eventos de angariação de fundos e colocou seu dinheiro para obter o terreno. Porém, a terra nunca foi usada para o propósito pretendido e tornou-se uma questão polêmica na comunidade porque, à medida que a população começou a conhecer sobre a doação em nome do senhor, alguns professores mostraram insatisfação por doar algo que, na sua opinião, já não pertencia a ele. E, portanto, foi a associação que teve o direito de doar e receber o reconhecimento da Fundação, assim como o acesso para colocar o nome sugerido pelo mesmo e não o pai do “doador” conforme acordado. Após os representantes da associação de professores e pais apresentarem o caso ao governo local, foi investigado e os escritos da tal parcela estavam com nome do Ministério da Educação Nacional e, portanto, nenhum uso é viável para o mesmo. Como grupo, tomamos a decisão de afastar-nos da situação de forma a que não foram gerados mal-entendidos com a comunidade, que, em vez de apoiar o processo, o impediram.

Contudo, outra terra foi oferecida à Fundação por outro fazendeiro da comunidade no dia da realização do primeiro workshop com a comunidade. Mas esta terra não foi conhecida até vários meses depois, por ordem do proprietário, devido à má condição das estradas durante a temporada de inverno. A terra não era viável para a construção da casa, uma vez que está inclinada e não é acessível por estradas ou caminhos que se conectam ao setor urbano. No final de 2017, o doador decide oferecer novas terras que, apesar de serem removidas, estão localizadas em uma área plana que permite a disposição da casa e o espírito é revivido para acelerar os processos legais, que mais tarde terão alguns obstáculos devido a dívidas de serviços em outras áreas.

Toda esta situação desencadeou uma incerteza com o grupo de participantes, que propuseram o uso de um espaço doado para a terceira fase do projeto em que os conceitos e processos técnicos que exigiam o trabalho com a terra já seriam discutidos. No entanto, como foi evidenciado anteriormente, este trabalho prático foi realizado nas fazendas e terras dos próprios participantes, até que a situação da terra fosse determinada a começar pela implantação do horto comunitário e à construção da casa comunitária Eco-emprende⁵. Nesse sentido, estamos atualmente processando a legalização da terra, além de mobilizar recursos para a realização da casa.

CAMINHO A SEGUIR: construção da casa comunitária e implementação do horto

Depois da experiência durante esse processo, devemos nos apropriar do futuro: desvelando os planos e passos a seguir como coletivo. Uma vez que a situação legal da terra tenha sido resolvida, vamos inaugurar este espaço junto com a comunidade, na qual, além de reconhecer o doador, será realizada uma minga e compartilhada em torno dela. Através de comissões, distribuiremos o planejamento tanto da casa como do horto, mobilizando recursos e atores que possam estar envolvidos. Da mesma forma, a Fundação está mobilizando colegas profissionais que apoiarão no projeto de bioconstrução da casa, permitindo a utilização e vantagem dos materiais dispostos no contexto.

Este espaço permitirá um voluntariado contínuo, como uma experiência de longo prazo, uma vez que facilitará a recepção de pessoas interessadas em contribuir com suas experiências e conhecimentos para a comunidade. Além disso, este espaço será o local de trabalho e empreendedorismo do grupo, que pode ser feita a partir do cultivo, através da preparação de alimentos, até a distribuição à comunidade. Os empreendimentos são transformados em produtos específicos concretos que representam os principais pontos agrícolas do território de Convento como é o cacau e as frutas cítricas, permitindo assim

⁵ A proposta é que o material fundamental para a construção da casa é a cana de bambu e outros materiais de tipo ecológico e com uma estética conceitual. Ao lado da casa, propõe-se implementar um horto agroecológico de tipo experimental, com os participantes do grupo de base, a fim de criar um cenário de ligação com a terra e o diálogo do conhecimento.

a produção de chocolates, compotas e licores. Eles serão distribuídos na paróquia, mas a Fundação, com seus dois escritórios no Equador, vai dar um espaço aberto para lhes oferecer e partilhar a experiência do grupo. O horto agroecológico, por outro lado, promoverá a criação de uma cesta familiar dinâmica, onde a colheita distribuirá os alimentos entre os participantes.

Do mesmo modo, o objetivo é que o grupo se posicione legalmente como uma associação, delimitando sua estrutura organizacional e faculdades, assim como o acesso a benefícios e direitos. O grupo definiu a linha de tempo coletiva, a este tempo por vir (futuro) como “força para continuar lutando”, mostrando o seu compromisso com a comunidade e o projeto. Sendo um momento chave de empoderamento onde eles têm se organizado de várias maneiras para dar continuidade apesar das limitações e obstáculos externos que surgem.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: lições socioambientais aprendidas

Compreendemos o nosso trabalho de forma sistêmica, e, portanto, influenciada por fatores macro e micro sociais, pois agimos em um contexto com uma história particular, e com seus próprios fatores sociopolíticos e econômicos. Dessa forma, nossas ações têm sido interpretadas e valorizadas de forma diferente pelos atores sociais, dependendo de sua posição dentro dessa realidade. É por isso que conclui que a educação socioambiental requer um diálogo de saberes que integre o conhecimento científico com a sabedoria ancestral das comunidades. Um diálogo aberto que deve simbolizar uma ponte entre os diversos atores, e com a crença fundamental de que a nossa razão de ser nesse espaço é da comunidade e incentivar o seu bem-estar. Portanto, em situações de conflito indesejável, onde sejamos confrontados entre grupos sociais, especialmente por motivos partidários ou religiosos, é muito importante não optar por uma ação que nos desligue desnecessariamente daqueles que são inconvenientes para fazê-lo, mas sim fazer uma chamada a trabalhar juntos para o bem coletivo, que é para todos. Nesta mesma lógica, é importante promover as ligações com organizações e associações comunitárias, para que uma ação comum seja gerada, enriquecida e tenha um maior potencial.

Por outro lado, os fatores de constância e perseverança que nos mantiveram na comunidade têm sido provas de confiança que revelaram nosso compromisso com ela, apesar da diversidade de situações complexas que passaram como grupo (descontinuidade na participação, inconveniente com terreno doado, a falta de apoio do governo local). Isto foi reconhecido pela comunidade em diversas áreas da avaliação e sistematização, sendo um impulso para promover a motivação e comprometimento do grupo com a transformação da sua comunidade e seu posicionamento e empoderamento frente às situações complexas.

Outra lição importante foi o uso dos conflitos que surgiram no grupo, os que foram visualizados como algo esperado nas interações que geramos, e isso deve transcender a lógica do vencedor / perdedor para ser entendida como desculpas para o diálogo, a escuta, o debate e a construção de alternativas. Assim, proporciona-se um valor essencial para a qualidade das relações que foram geradas neste processo e a confiança que as sustenta, entendendo que esta é a base do significado das suas ações, além do lucro material. Finalmente, a educação ambiental como pedagogia social nos convidou a reinventar as nossas práticas, a introduzir mudanças significativas no currículo formal das nossas aulas, e a transformar o modo como o conhecimento é construído. Entendemos que isso será muito útil e relevante, e também terá um grande impacto sempre que tenha ouvidos, voz e mãos para a realidade a que ela responde.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *El Buen Vivir. Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Barcelona: Icaria. 2013.

ANGRINO, C.; BASTIDAS, J. *El concepto de ambiente y su influencia en la educación ambiental*, 2014. *Dissertação de grau*, Cali: Universidad del Valle, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.univalle.edu.co/bitstream/10893/717>

6/1/34670430877.pdf

BAKAN, J. *The Pathological Pursuit of Profit and Power*. Viking Canada. 2004.

BAUMAN, Z. *Modernidad líquida*, Fondo de Cultura Económica: Argentina. 2005.

_____. *Comunidad: en busca de seguridad en un mundo hostil*. 3 ed. Siglo XXI de España Editores, S.A. 2006.

BOFF, L. Una cosmovisión ecológica: la narrativa actual. In: _____. *Ecología: grito de la Tierra, grito de los pobres*. Madrid: Editorial Trotta. 1996.

COLLADO, J. Learning to Co-evolve in the Anthropocene: Philosophical Considerations from Nature. *Azimuth. International Journal of Philosophy*, n. 9. p.17-30, 2017a.

_____. Educación y desarrollo sostenible: la creatividad de la naturaleza para innovar en la formación humana. *Educación y Educadores*, 20 (2), p. 229-248, 2017b.

DE SOUSA SANTOS, B. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Trilce. 2010.

_____. Constitución y hegemonía. Luchas contra la dominación global. Chasqui. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 136, p. 13-31, 2018.

ESCOBAR, A. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*, Caracas, 2005. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 17-31.

FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (investigación acción participativa). *Peripecias*, n. 110, ago. 2008.

JARA HOLLIDAY, O. *La sistematización de experiencias, práctica y teoría para otros mundos posibles*. Programa Democracia y Transformación Global; Consejo de Educación de Adultos de América Latina; Centro de Estudios y Publicaciones Alforja. 2014.

KAPP, K. *The Social Costs of Private Enterprise*. New York: Schocken Books. 1975.

KORTEN, D. *When Corporations Rule the World*. West Hartford: Kumarian. 1995.

LASN, K. *Culture Jam: The Uncooling of America*. Minneapolis. Eagle Brook. 1999.

LEFF, E. Complejidad, racionalidad ambiental y diálogo de saberes. In: I CONGRESO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR DE PARTICIPACIÓN, ANIMACIÓN E INTERVENCIÓN SOCIOEDUCATIVA, 2006, Barcelona. Centro nacional de educación ambiental.

MORÍN, E.; KERN, A. B. La agonía planetaria. In: _____. *Tierra-Patria*. 1 ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2006, 3a, p. 71-114.

NAJMANOVICH, D. Epistemología y Nuevos Paradigmas en Educación. Educar y aprender en la sociedad-red. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, CURRÍCULO Y DIDÁCTICA EN EL CONTEXTO DE LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN, 2009, Barranquilla.

NOVO, M. *El desarrollo sostenible. Su dimensión ambiental y educativa*. Madrid: Ed. Universitas. 2009.

SAUL, J. *The Unconscious Civilization*. Ontario: Anansi Press. 1995.

SELENER, D. *Manual de sistematización participativa*. Instituto Internacional de Re- construcción Rural (IIRR). 1996.

SHIVA, V. *Monocultures of the Mind. Perspectives on Biodiversity and Biotechnology*. New York: Zed Books. 1993.

SOLER, P.; PLANAS, A.; RIBOT-HORAS, A. y CIRASO-CALÍ, A. Empoderamiento en la comunidad. El diseño de un sistema abierto de indicadores a partir de procesos de evaluación participativa. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, n. 24, 2014, p. 49-77.

UNESCO. *Intergovernmental Conference on Environmental Education*. Tbilisi (USSR). Final Report. Paris: UNESCO. 1978.

"CONVENTO ECO-EMPREENDE" CEVALLOS-TRUJILLO, T. D.; TERREROS-BEJARRANO, L.; COLLADO-RUANO, J.

UNITED NATIONS. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. General Assembly. 1987.

Recebido em: 14/05/2018

Alterações recebidas em: 30/06/2018

Aceito em: 16/08/2018